

Bancos lançam plano de desenvolvimento para Amazônia

(FERNANDA GUIMARÃES, O ESTADO DE S. PAULO)

Em meio à cobrança global para que o Brasil aumente seu comprometimento em relação aos temas ligados à mudança climática, os três maiores bancos privados do País, Bradesco, Itaú Unibanco e Santander, lançaram um plano conjunto para promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia. A proposta inclui dez medidas, entre elas o estímulo às cadeias sustentáveis na região e a viabilização de investimentos em infraestrutura básica para o desenvolvimento social e ambiental. O cronograma prevê a implementação dos itens ainda neste ano.

Os três bancos estavam

entre os signatários de carta enviada ao vice-presidente da República, Hamilton Mourão, que pediu, no início do mês, políticas de combate ao desmatamento na Amazônia. Mourão é o presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal. O documento fez defesa da agenda do desenvolvimento sustentável e solicitou o combate "inflexível e abrangente" ao desmatamento ilegal na Amazônia. Agora, depois da cobrança, com o plano anunciado nesta quarta-feira, os bancos têm a intenção de entregar uma forma de ajuda efetiva em relação ao assunto, segundo uma fonte.

Para dar prosseguimento ao planejamento, os bancos formarão um conselho de especialistas com diferentes experiências e conhecimentos sobre as ques-

tões sociais e ambientais envolvendo a Amazônia. "Este projeto une Bradesco, Itaú e Santander pelo propósito de contribuir para um mundo melhor. A ideia é que todos precisam assumir sua parcela de compromisso com as futuras gerações. Por isso, lançamos uma agenda objetiva que pretende defender e valorizar a Amazônia, suas riquezas naturais, florestas, rios e cultura diversificada. Queremos dar passos concretos para tornar discurso em realidade. A Amazônia não é um problema. O ato de proteger a Amazônia guarda boa parte das respostas corretas para um mundo que tem dúvidas e incertezas", afirmou, em nota, o presidente do Bradesco, Octavio de Lazari Junior.

O presidente do Itaú Unibanco, Cândido Bracher,



BRASIL tem sido cobrado para aumentar comprometimento em relação à mudança climática

que há cerca de duas semanas participou de uma reunião, ao lado de um grupo de empresários, para tratar do tema com Mourão, disse, também em nota, que os bancos têm a responsabilidade "como agentes importantes do sistema financeiro" e que compartilham "as mesmas preocupações a respeito do desenvolvimento socioeconômico da Amazônia e da conservação ambiental". "Acreditamos que os três bancos têm forças complementares e, atuando de forma integrada, vemos grande potencial de geração de impacto positivo na re-

gião", destacou Bracher.

Já o presidente do Santander, Sergio Rial, afirmou que o desafio em relação ao tema "impõe uma atuação firme e veloz a todos os atores que puderem participar da construção de um modelo de desenvolvimento sustentável para a Amazônia. Com a união de esforços da nossa indústria, conseguiremos fazer ainda mais por essa região, que tem um valor inestimável não só para o País, mas para todo o planeta", destacou.

Além do estímulo às cadeias sustentáveis na região por meio de linhas de

financiamento diferenciadas e ferramentas financeiras e não financeiras e a viabilização de investimentos em infraestrutura básica para o desenvolvimento social e ambiental, o plano dos três bancos inclui o fomento de um mercado de ativos e instrumentos financeiros de lastro "verde", a atração de investimentos e promoção de parcerias para o desenvolvimento de tecnologias que impulsionem a bioeconomia e apoio para atores e lideranças locais que trabalhem em projetos de desenvolvimento socioeconômico na região.

ACM Neto defende retirar imposto municipal da reforma tributária

(HENRIQUE BRINCO)

O prefeito ACM Neto se disse a favor do Congresso não incluir a gestão do Imposto sobre Serviços (ISS) na discussão sobre reforma

tributária. A medida contraria o pensamento da ala mais liberal do DEM. O ISS ajuda na considerável parte de arrecadação de grandes municípios acima de 100 mil habitantes. O ministro da Economia, Paulo Guedes,

entregou nesta semana ao Congresso Nacional uma proposta do governo federal que propõe tratar, neste primeiro momento, apenas de tributos federais sobre o consumo.

Neto afirmou que discorda da postura do presidente da Câmara dos Deputados e colega de partido, Rodrigo Maia, de levar em frente a reforma tributária mais ampla. "Sou contrário ao que defendem lideranças, sobretudo na Câmara dos Deputados, que têm defendido a reforma tributária mais ampla, mas eu sou muito cético que, nesse momento, possa acontecer uma reforma tributária que envolva todos os entes da Federação", declarou ontem, em coletiva de imprensa para anunciar medidas restritivas em novos bairros de Salvador.

"Tratar de reforma tributária em um ambiente econômico de crescimento para o país já não é fácil, muito mais difícil é tratar sobre

esse tema em um ambiente de recessão. (...) Não dá para gente pagar tantos impostos, com tanta complexidade. Se o volume de impostos já é alto, a burocracia e a quantidade de regras para o pagamento desses impostos é tão penosa quanto", continuou. "Eu defendo que ela ocorra de maneira fatiada. A primeira (etapa), acredito, deve ser a deliberação do Congresso sobre a proposta entregue pelo ministro Paulo Guedes. Depois de vencer a etapa dos impostos federais, eu trataria dos impostos estaduais e municipais", sugeriu.

Atualmente, o Congresso Nacional já discute duas propostas de reformulação do sistema tributário brasileiro. Uma prevê a substituição de cinco tributos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) por um único, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), e está sendo analisada por uma comissão especial da Câmara (PEC 45/19). A ou-

tra, que unifica nove tributos e tramita no Senado, está sendo debatida por uma comissão mista de deputados e senadores (PEC 110/19).

O prefeito de Salvador reforçou ainda que não fala por todo o partido e que a avaliação sobre a forma que a reforma está sendo conduzida é uma visão particular. "Não falo aqui pelo conjunto (do partido). Penso eu que, em função das dificuldades de harmonização federativa, principalmente no momento de crise, que esse não é o melhor caminho. Mas eu aqui de fora só posso dar pitaco. Quem vai tratar do assunto, vai votar, são os deputados e senadores", concluiu.

De acordo com o jornal Folha de São Paulo, antes da pandemia do novo coronavírus, os prefeitos já queriam evitar esse debate. Agora, dizem que, com a piora da crise econômica, tornou-se mais importante

lançar a discussão para frente. Eles apoiam a ideia do governo de resolver, por ora, apenas a parte relativa a impostos federais e pressionam para que o Legislativo retire da proposta a ideia de alterar tributos municipais.

Fundeb

O prefeito falou também sobre a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que renova o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que ocorreu na última terça-feira. "Eu vejo (a aprovação do Fundeb) de forma muito positiva. Vamos conseguir ampliação dos investimentos em educação. Há de se notar que o poder legislativo assumiu a liderança desse debate, assim como essa foi uma pauta que emergiu do Congresso e foi priorizada pelos parlamentares, o que mostra que o Brasil vem avançando em termos de maturidade e consciência", disse ACM Neto.

PREFEITO quer que reforma seja votada de maneira fatiada



EDUCAÇÃO

Bancada baiana vota de forma unânime a favor do Fundeb

(HENRIQUE BRINCO)

Políticos baianos comemoraram ontem a aprovação na Câmara da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que renova o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). A proposta, que aumenta a participação da União no financiamento da educação infantil e dos ensinos fundamental e médio, foi aprovada em primeiro turno por 499 votos a 7; e em segundo turno por 492 votos a 6. A PEC seguirá para apreciação no Senado. A bancada baiana na Câmara Federal votou a favor do plano de manutenção, garantindo pelo menos 39 votos.

Os parlamentares elogiaram o empenho da relatora, deputada Professora Dorinha, e do presidente

Rodrigo Maia na aprovação do texto. "Nos momentos mais difíceis da luta pelo novo Fundeb, tivemos no deputado Rodrigo Maia um verdadeiro líder, um político comprometido com a melhoria da qualidade da educação no Brasil", disse o deputado Bacelar (Podemos), que foi presidente da comissão especial que discutiu o novo Fundeb. Ele destacou que foram 18 meses de trabalho, com a realização de mais de 120 audiências públicas pela comissão.

Deputados também comemoraram a aprovação com postagens nas redes sociais. "Ontem foi um dia histórico para a Educação. Aprovamos o novo Fundeb e derrotamos Bolsonaro e a velha política do partido Novo. O partido tentou retirar do texto o CAQ - Cus-

to Aluno Qualidade, que é um mecanismo que garante as condições mínimas para a qualidade do ensino", declarou Alice Portugal (PCdoB).

Vice-Líder da oposição, Afonso Florence (PT) avaliou a aprovação como uma derrota para Jair Bolsonaro. "Esse importante fundo que garante recursos para que os municípios, nos estados, a educação pública seja valorizada, financiada, garantindo salários, investimentos, derrotando o governo Bolsonaro. Por isso, uma vitória da educação!", declarou.

João Roma (Republicanos) também exaltou a decisão da Casa: "Votamos sim por mais investimentos para a educação, mais valorização e qualificação dos professores de forma a tornar o sistema público edu-

FLORENCE avalia que a aprovação do texto é derrota para Bolsonaro



cacional mais justo e igualitário. Vitória importante da educação pública!", pontuou. Elmar Nascimento (DEM) declarou que votou em dois turnos a favor da proposta. "Teremos a partir de agora mais recursos da União para a educação, que aumentará gradativamente dos 10% atuais até 23% em até 2026", explicou. "É uma vitória de todos os brasileiros que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica agora seja permanente e passe a fazer parte da nossa Constituição. Com isso, teremos garantias de investimento mínimo por aluno, regras para a gestão, valorização dos professores em suas carreiras e, como resultado fim de tudo isso, a redução das desigualdades na educação entre as regiões do país."

Otto Alencar diz que "não haverá problemas" para Fundeb no Senado

SENADOR baiano acredita que aprovação será tranquila



(REDAÇÃO)

O senador Otto Alencar (PSD) avalia que "não haverá problemas" para a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) do Fundeb (Fundo Nacional de Educação Básica) ser aprovada no Senado. Ante ontem, a Câmara dos Deputados aprovou o texto e encaminhou para os senadores. Flávio Arns (Rede-PR) será o relator no Senado da proposta de emenda constitucional que aumenta o aporte do governo federal no fundo e o torna permanente.

Assim como Otto Alencar,

outros senadores afirmaram ao site UOL que a proposta deve passar "tranquilamente" na Casa. "Passa tranquilamente no início de agosto. O governo conseguiu um acordo satisfatório na Câmara", disse o líder do Planalto no Congresso, senador Eduardo Gomes.

Pelo acordo, os deputados se comprometeram a ajudar a encontrar outra fonte de recursos para o Renda Básica da Cidadania e escalonaram o impacto da alta da complementação de recursos, ano a ano, até 2026. O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), concorda com

Eduardo Gomes: "Acho que passa com tranquilidade." Mesma opinião de Eduardo Braga (AM), líder do maior partido na Casa, o MDB. Bezerra, no entanto, faz uma única ressalva: os senadores poderão promover alguma modificação no texto. Se isto ocorrer ele volta à Câmara, mas a alteração terá que ser aprovada pelos deputados.

Bezerra diz que as alterações que vierem a ocorrer no Senado podem não retardar a tramitação. "O Senado vai colocar a sua impressão digital neste importante tema. Mas serão aprimoramentos", afirmou. Nesse

caso, tanto pode ser sob a forma de emendas de redação, que não implicam o retorno à Câmara, como itens consensuais que seriam rapidamente aprovados pelos deputados. A outra hipótese de alteração que não atrapalhe a tramitação é aprovar a PEC na íntegra e editar em separado uma nova PEC com as propostas do Senado. Mas o senador petista Humberto Costa (PE) não acredita em alterações no texto. "A PEC deve ser votada logo em processo sumário. Não acredito em qualquer mudança na proposta que veio da Câmara", declarou.